

Funaro amplia pacote

Economia Brasil 22/4/87, QUARTA-FEIRA

para o crédito

Nélio Rodrigues

O governo adiou para hoje o anúncio das medidas econômicas elaboradas pelo Ministério da Fazenda. O ministro Dilson Funaro não quis comentar o adiamento, mas houve pressão da Federação Brasileira de Bancos, que vê em uma das medidas — o tabelamento dos **spreads** (taxa de intermediação cobrada pelos bancos) — um claro objetivo político. Funaro teve ontem uma audiência de 45 minutos com o presidente Sarney, quando apresentou alguns detalhes das medidas que incluem, além do tabelamento dos **spreads**, um novo sistema de reajustes dos preços públicos, novos investimentos para as pequenas e médias empresas, regulamentação de financiamentos para a exportação e a definição dos juros agrícolas. Os banqueiros, ontem, admitiam, na pior das hipóteses, que o governo fizesse uma investida contra o setor, promovendo talvez uma mini-reforma bancária.

A outra versão apresentada para o adiamento das medidas foi de que o presidente Sarney pediu ao ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que ampliasse o leque de simulações sobre os reflexos que trarão para a economia as alterações na área do crédito agrícola e para a pequena e média empresa.

A informação foi dada pelo porta-voz do Ministério da Fazenda, Marco Antonio Diniz Brandão. A noite, o ministro Funaro iniciava mais uma reunião com o presidente do Banco Central, Francisco Gros, o chefe da secretaria especial para assuntos econômicos, o advogado Luis Gonzaga Belluzzo, e o assessor especial, João Manoel Cardoso de Melo.

A maior parte das simulações na área agrícola foram feitas durante o almoço que Funaro teve com o ministro da Agricultura, Iris Rezende e as equipes econômicas dos dois ministérios. Ao retornar à Fazenda, Funaro disse que não havia nada ainda definido sobre a questão dos juros.

Reunião

Funaro passou toda a tarde reunido com seus assessores, cancelando os dois únicos compromissos que tinha em sua agenda; a homenagem do Congresso ao presidente Tancredo Neves e a inauguração da pira do fogo simbólico da pátria.

O pacote dos juros prevê basicamente a redução destas taxas através do tabelamento do **spread** bancário (taxa de risco representada pela diferença entre a taxa de aplicação e de captação) e uma maior segmentação do crédito, com linhas definidas e ampliadas para financiamento à agricultura e pequena e média empresa.

Apesar do silêncio do ministro Dilson Funaro, o novo sistema de reajuste dos preços públicos recai sobre os combustíveis e tarifas de energia elétrica. Os reajustes seriam de acordo com a rentabilidade de cada empresa estatal. Este percentual seria definitivo para os aumentos. A Petrobrás já está estudando reajustes mensais do preço dos derivados do petróleo, acima da inflação, a fim de

garantir a sua capacidade de investimento.

O estudo deverá ser encaminhado a curto prazo ao governo, segundo informação de técnicos da empresa. Parte do estudo já estaria com técnicos do Ministério da Fazenda, pois se não houver uma política clara de preços dos derivados de petróleo, serão necessários «cortes significativos» no orçamento de aplicações da Petrobrás.

A necessidade de reajustes reais deve-se ao fato de que, apesar do último aumento dos derivados ter diminuído, ainda não conseguiu eliminá-la. O mesmo correu com o reajuste do dólar utilizado pelo Conselho Nacional de Petróleo para remunerar a Petrobrás, contraposto ao preço que a empresa paga pelo óleo importado.

A defasagem entre os dois padrões de câmbio também foi consideravelmente reduzida, fixando-se em US\$ 1,80 por barril, ou seja, a diferença entre o que a empresa paga pelo barril de óleo — US\$ 19,50 p/barril — e o que recebe efetivamente — US\$ 17,70. Mas ainda assim a Petrobrás enfrenta um déficit de US\$ 1,1 milhão por dia, ou US\$ 33 milhões mensais.

Essa diferença tenderá a aumentar na medida em que evoluir a política de minidesvalorizações do cruzado, ampliando a distância entre os recursos efetivamente desembolsados pela Petrobrás e o que a empresa recebe por conta do óleo importado. Esta é uma das principais fontes de preocupação dos dirigentes da empresa, quanto à sua capacidade para manter as metas estabelecidas de produção de óleo nos próximos anos, para chegar à auto-suficiência.

Compulsório

O fim dos empréstimos compulsórios sobre alguns serviços não integra as novas medidas. Técnicos do Ministério da Fazenda admitem que o governo não abrirá mão deste instrumento, pois há necessidade dos recursos gerados para aplicação em novos investimentos. Por este motivo, os compulsórios deverão continuar em vigor até a data prevista para sua extinção (31 de dezembro de 1989).

A extinção do gatilho salarial também não integrará o conjunto de medidas a ser anunciado. Entretanto, o governo já deixou clara a intenção de criar um novo mecanismo de reajuste salarial, cuja fórmula ainda não foi definida.

A expectativa do anúncio de novas medidas econômicas coincide com a visita da missão do Banco Mundial (Bird) ao País. (Ver Página 6) A missão será recebida hoje pelo assessor do Ministério da Fazenda para assuntos da dívida externa, Paulo Nogueira Batista Júnior, que juntamente com técnicos do Ministério da Agricultura, Seplan e Eletrobrás, apresentará aos economistas do Bird os projetos em andamento na área agrícola e no setor elétrico e as prioridades de investimentos para estes setores.